

Texto de Apoio: Escravidão Africana na Amazônia

Org. Rogério Silva¹



➤ Os libertos

A luta dos missionários pela emancipação do índio prova que sempre houve interesse em escravizá-lo. A simples condição de "liberto" nunca representou, para o índio e por vezes para o negro, situação mais favorável. Ao contrário dos escravos, os libertos estavam jogados à própria sorte. Eram índios destribalizados e negros que, duma forma ou doutra, haviam escapado do cativo. Concentravam-se de preferência nas cercanias das cidades e aí formavam parcela considerável da população. **Marginalizados socialmente**, viviam em condições tão precárias e lastimáveis que se podia dizer: "Mais vale ser escravo do que viver como vivem muitos homens livres." Em 1793, as estatísticas já enumeravam os libertos como categoria especial da população de Belém. Constituíam então 12,8% dos habitantes, representados numericamente por 1.099 indivíduos, classificados, conjuntamente pretos, índios e mestiços. A cidade contava então com apenas 8.574 habitantes.

Não se pode considerar desprezível a contribuição cultural africana na Amazônia. Essa contribuição se manifesta nos **folgedos populares, na culinária, no vocabulário**, enfim nos vários aspectos do folclore regional. Todavia não se pode testemunhar a sobrevivência de um culto puramente africano, pelo menos no Pará. (...)

➤ As peculiaridades: Negro de Ofício

Observa Edison Carneiro que os negros que se distinguem pelas suas habilidades manuais e pela sua inteligência passavam a constituir um escalão superior da massa escrava. Podiam mais facilmente adquirir a alforria. O mestre de açúcar [geralmente eram brancos], por exemplo, ao tempo de Vilhena (1802), já era de ordinário forro, e ajustado por certa quantia, quer por toda a safra, quer por pão de açúcar fabricado. Em 1837, Frederico L. C. Burlamaqui informava que o escravo, em geral, custava 400\$; (entretanto se, no momento da compra, já era oficial [artesão altamente especializado], seu preço oscilava (entre 600\$, 800\$ e até um conto de reis. O jornal médio do negro de ofício, na ocasião, era de 640 réis - o dobro dos demais. Pagava-se seu investimento com cerca de mil dias de trabalho,

aproximadamente 3 anos. Em 18470 barão de Pati do Alferes aconselhava:

"Tende o cuidado, logo em princípio, de por alguns escravos moços a aprender os ofícios de carpinteiro, ferreiro e pedreiro; em pouco tempo estarão oficiais, e tereis de casa operários ..."

Os Negros Trabalhavam para seu Grupo

A construção do edifício [Igreja do Rosário] demorou muito tempo. Ainda em 1848, Henrique Bates assistia o esforço dos negros na edificação de sua igreja:

"Encontrava frequentemente uma fila de negros, caminhando pelas ruas, cantando em coro. Cada qual levava na cabeça certa quantidade de material de construção: pedras, tijolos, argamassa, tabuas. Vi que eram principalmente escravos que, depois de um dia pesado de trabalho, contribuíam um pouco para a construção de sua igreja."

➤ Tratamentos dos Escravos no Engenho

Pelo depoimento de frei Caetano Brandão temos uma ideia, senão geral, pelo menos expressiva do tratamento que alguns senhores dispensavam aos seus escravos:

"muitos senhores há, que fazem tanto caso deles, como se fossem cães: como trabalhem, é o que importa ... Sei de alguns que nenhuma Missa mandaram dizer pelo pobre escravo, que talvez consumiu todas as suas forças em os enriquecer. Não falo agora na barbaridade, com que muitos os castigam, e isto, não por ofensas de Deus, que no seu conceito são faltas ligeiras (e se é escrava, que aparece com o ventre crescido, muitas vezes se estima), mas por temporalidades insignificantes. Tenho visto escravos aleijados de mãos, e pés, outros com as costas, e lugares inferiores feitos em retalhos, efeito de castigos; que custa a compreender que haja na humanidade monstros de cruzeza, que tal cheguem a praticar". (15 de dezembro de 1786)

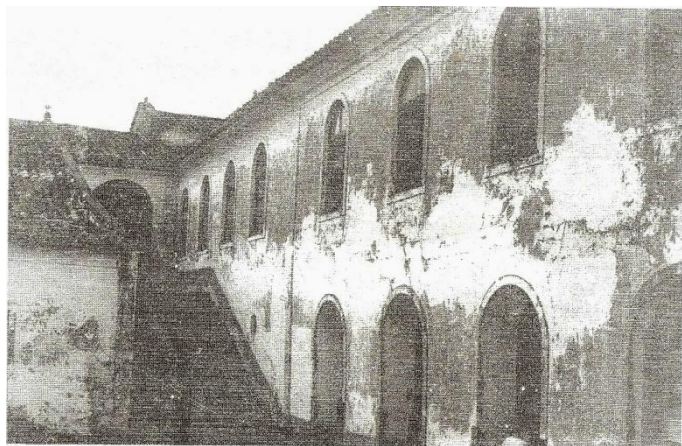
➤ A Fuga

"Do engenho Palheta districto da Villa de Muanã, fugirão no 1º de Novembro de 1851 á Manoel Antonio Cardoso Amanajás, cinco escravos de sua propriedade, em um escaler, madeira itauba, proa de lancha, toldo de cedro, rabo de lacrao, das qualidades seguintes: Felipe, preto retinto, figura ordinária, idade 22 annos, dentes partidos, hum tanto vergado, toca viola, sabe ler, tem um risco no rosto, deve ter signaes de surra, padeceo bobas de que deve ter cravos, esteve fugido ainda rapaz, sem barba; em Villa Nova da Rainha, aonde foi prezo em 1847. Manoel, irmão deste, preto retinto, rosto redondo, figura

¹-Bacharel e licenciado pleno em História (UFPA), pós-graduado em Ensino de História do Brasil. Prof. de cursos privados e da Rede Estadual de Ensino do Estado do Pará.

ordinária, gordo, pés grossos, padece bobas de que deve ter cravos, oficial de ferreiro, sem barba, idade de 21 annos. - Ignez, cor tapuia, tem falta de parte do nariz, levou dois filhos gêmeos, pretos; o macho chama-se José e a fêmea Luzia; consta que seguirão para o Amazonas. A pessoa que os apreheer entregando a seu senhor no Engenho Palheta ou recolhendo-os na Cadeia do Pará, recebera de gratificação duzentos mil reis. Anajás, 28 de Dezembro de 1851"

(textos adaptados de Vicente Salles. O negro na formação da Sociedade Paraense. Ed. Paka-tatu.)



Engenho do Cafezal, Barcarena-Pa. Pavimento superior, residência inferior, cozinha, padaria e, por baixo da escada, calabouços-prisão dos escravos. Foto de V. Salles em 1968.

➤ "História do Tempo Presente":

✓ Quilombola do Acará luta para estudar

Sem pensar duas vezes, Mayara Rocha de Araújo, uma menina franzina que aparenta ter bem menos do que os oito anos que tem, responde que quer ser professora quando crescer. De frente para um quadro negro, ensaiando a profissão que pretende seguir um dia, ela tenta esboçar o próprio nome com uma pedra de giz. Mayara cursa a segunda série do ensino primário na única escola da comunidade rural em que mora, no baixo Acará, nordeste paraense, e ainda tem dificuldades para ler e escrever.

Na comunidade Espírito Santo, uma das 24 vilas quilombolas na margem do rio Guamá, município do Acará, há apenas uma sala de aula. O espaço da escola se limita a um quadro negro mal conservado e um jogo de carteiras escolares recém-comprado pela prefeitura. Não há portas e nem janelas por um único motivo: a escola não tem paredes.

Os 26 alunos, todos descendentes de escravos ou filhos de trabalhadores rurais que hoje ocupam os 80 hectares da Espírito Santo, assistem às aulas em um barracão aberto, improvisado e parcamente coberto. Também não há banheiros, bebedouros e energia elétrica. Para a Prefeitura de Acará, existe, ali, uma escola. Há exatamente três semanas, um caminhão desembarcou 15 carteiras no barracão. Elas substituíram os pedaços de cadeira usados pelos alunos para assistir às aulas até então. Um alento que fez aumentar a frequência às aulas na escolinha da comunidade.

(...)A dificuldade que os estudantes da Espírito Santo ou de qualquer outra comunidade quilombola do Acará enfrentam é a mesma que a maioria dos alunos de comunidades tradicionais negras do Pará têm pela frente todos os dias. Quase todas as escolas vão até a quarta série, a maioria em turmas multisseriadas. Falta atenção por parte das administrações municipais e por parte do Estado', diz o coordenador da Malungu. (adaptado de O Liberal, 29/11/2009)

✓ MPF pede suspensão de atividades de mina da Vale

O Ministério Público Federal (MPF) entrou na Justiça com ação em que pede a suspensão das atividades da mineradora da Vale na mina Milhônia 3, em Paragominas, no sudeste paraense, incluindo a linha de transmissão de energia e o mineroduto que transporta a bauxita até a refinaria da Alunorte em Barcarena, na região metropolitana de Belém. Segundo o MPF, a Vale não cumpriu pré-requisitos do licenciamento ambiental que tinham o objetivo de amenizar impactos socioambientais causados pelo empreendimento à comunidade quilombola de Jambuaçu, em Moju, nordeste do Estado.

A ação judicial solicita à Justiça que determine imediatamente o pagamento de compensação mensal no valor de cinco salários mínimos para cada uma das 788 famílias remanescentes de quilombo e a implantação de projeto de geração de renda na comunidade. O MPF pede multa diária de R\$ 1 milhão caso a Vale não cumpra a decisão judicial requerida. O mineroduto e a linha de transmissão passam por sete municípios: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açú, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena. Em Moju o sistema atravessa o território do Jambuaçu, titulado como quilombola em 2003. (adaptado do Diário do Pará, 29/11/2010)

➤ HISTÓRIA E IMAGENS: Século XIX, O Abolicionismo



Sátira das Festas de doação de cartas de liberdade no Teatro da Paz pela imprensa paraense humorística paraense. A Semana Ilustrada. Belém, 30.03.1884.